Boa tarde.

Começo por agradecer ao Mário Caeiro, da Associação Portuguesa para a Prevenção da Tortura, o facto de, impedido de aqui estar, me ter cedido os seus minutos de intervenção. É uma prova de confiança que espero merecer.

Li esta manhã, no Público, que alguns polícias de S. Paulo, no Brasil, tinham sido presos e acusados de negligência depois de um programa jornalístico da TVGlobo ter mostrado que tinham assistido, sem intervir, à execução de dois jovens, um de 14 anos, alvejado seis vezes, outro de 18, alvejado 12. Mas a acusação de negligência é, talvez, demasiado leve: alguém que estava ao telefone com um dos mortos diz ter ouvido os assassinos identificarem-se como polícias.

Não pude deixar de recordar a investigação levada a cabo por Caco Barcelos, que num livro acessível na net, mostra como a polícia de São Paulo, a Rota 66, é useira e vezeira em executar jovens, acusando-os normalmente de serem delinquentes e terem resistido à polícia, alterando muitas vezes a cena do crime para condizer com essa versão, e escamoteando o facto - provado pelo jornalista brasileiro - de que os mortos muitas vezes não têm cadastro e sucumbem a tiros na nuca. Provavelmente por serem demasiado rápidos a virar-se, depois de terem alvejado a polícia, de forma tão hábil que não se encontram vestígios de pólvora nas suas mãos…

Não pude também deixar de pensar nas mortes de Corvo, McSnake e Kuku, às mãos de polícias demasiado rápidos a puxar da pistola, inspirados provavelmente nas séries americanas que nos propõem, como entretenimento, infindáveis acções policiais.

Em ocasiões como essas, é usual a referência ao medo dos agentes, apanhados em território hostil - é extraordinário como um país não se envergonha de considerar partes do seu todo território hostil ou, na melhor das hipóteses, problemático - à sua inexperiência, à crise que corta as verbas que lhes permitiriam maior treino de tiro…

Serão mesmo argumentos válidos? Permito-me duvidar, depois de ter assistido a dois julgamentos em que os réus - nos dois casos pertencentes a minorias étnicas - terem referido ter sido agredidos por agentes no interior da esquadra, sem que uma ruga se formasse na testa de juízes, delegado do Ministério Público e até, pasme-se, advogados de defesa. Ou depois de ter ouvido uma vizinha narrar como, chamado depois de um assalto, um polícia explicou: “*Antigamente, ainda conseguíamos recuperar as coisas, prendíamos os tipos, dávamos-lhe um aperto e eles diziam onde estavam. Mas agora não podemos fazer-lhes nada, se não ainda temos problemas*...”

Há muitos anos, numa entrevista, um inspector da PIDE justificou-me assim a tortura: "*Tínhamos de ter sempre pelo menos a confissão de dois para provar o crime…*" Vem de longe a tradição de uma polícia que, incapaz de investigar para prender, prende para investigar e justifica assim a necessidade da tortura.

E a verdade é que todos nós, países da CPLP, temos uma história de tortura. Inquisição, polícias políticas, ditaduras, fascismo, colonialismo, novos invasores, novas polícias. Bem pode Portugal gabar-se de ser pioneiro europeu na abolição da pena de morte, não deixou de a usar nas diversas colónias. Bem pode o Brasil gabar-se de ter sido dos primeiros países a aboli-la nas Américas, não faltaram mortos sem julgamento nos anos da ditadura militar. Infelizmente, como acontece por vezes com os filhos de pais maltratantes, essa cultura persistiu nas antigas colónias. A democracia, o respeito pelo Outro, a noção de que o Outro, mesmo se delinquente, é, como nós, uma pessoa dotada de direitos, são valores que levam tempo a implantar-se.

Há, no entanto, sinais de esperança, vindos, muitas vezes, de lugares que o preconceito tornou inesperados.

Por exemplo: sabem o que são *kupapatas*? Segundo aprendi numa crónica de Pepetela no África 21, são motos que servem de táxis, comuns nas ruas de Benguela. E, tal como os de quatro rodas, também estes táxis de duas fazem arabescos pelas ruas da cidade, pondo por vezes em risco não só o cliente colado às costas do condutor, mas também os peões. O que levou o escritor a perguntar a um jovem polícia, que se declarara seu admirador: “*Você, com essa mota, deve apanhar muitos kupapatas!*” A resposta foi surpreendente. “*Haka, as motos, ai as motos...”* Pepetela repetiu: *“A sua moto é mais poderosa, consegue apanhar.*” E a resposta foi ainda mais surpreendente – sobretudo para nós, depois da morte do jovem Ruben Marques, morto na sequência de uma perseguição policial, alegadamente por conduzir a motorizada sem capacete e ter desrespeitado o sinal de parar: “*Mais velho, se vou atrás deles ainda é pior, para fugir, cometem mais, fazem manobras perigosas, aí provocamos acidente. É melhor deixar ir.*”

"*É melhor deixar ir.*" Quem diria que, a par com as infelizmente repetidas notícias de repressão sobre jovens manifestantes, era possível receber de Angola – é certo que não de Luanda, mas de Benguela – uma tão clara lição de que pequenos atropelos à legalidade não devem ser pagos com a vida. Mas terão lido a crónica de Pepetela aqueles que dispararam sobre o jovem Ruben Marques na sua motocicleta, levando-o ao despiste e à morte?

Por estes dias, também Moçambique parece querer servir de exemplo a Lisboa: polícias que mataram um motorista de transporte de passageiros por ter ignorado uma ordem de paragem foram expulsos da corporação, tendo o porta-voz da polícia qualificado a acção de “*repugnante*”. Foram também detidos dois agentes que, em Tete, agrediram um homem cujo crime fora não exibir, quando lho exigiram, o Bilhete de Identidade.

É certo que em Janeiro deste ano a 3ª Vara Criminal de Lisboa condenou a dois anos e meio de prisão dois inspectores da PJ pelo crime de tortura de um funcionário da CP. Mas convém referir que a execução da pena foi suspensa, que o caso datava de 2000 e ambos tinham chegado entretanto a inspectores chefes e, também, que a vítima era um trabalhador de uma grande empresa – não um jovem desempregado de um bairro dito “problemático”. Ainda assim, ouvido pela Lusa, o presidente da Associação Sindical dos Funcionários da PJ não classificou de “repugnante” o acto de tortura, preferindo referir que seria interposto recurso.

Por tudo isto, quando falamos de Direitos Humanos num encontro dedicado à lusofonia e que se propõe como fim "*a criação de uma verdadeira comunidade lusófona, numa base de liberdade e fraternidade*", vale a pena olhar estes exemplos que nos chegam pelos jornais e reflectir se a cultura que temos nos nossos países serve de base a esse sonho, ou se, como mostram as mortes na sequência de perseguição policial, as intervenções ditas "musculadas" nos chamados “bairros problemáticos” - expressão que esconde e simultaneamente revela que o país tem um problema de desigualdade entre os seus habitantes – as queixas dos polícias por não lhes permitirem o abuso da força, a verdade é que temos, em Portugal e na maioria dos países oficialmente lusófonos, uma cultura que legitima a violência do Estado e dos seus representantes, uma cultura herdada da ditadura e do colonialismo, que não se desfascizou e, muito menos, se descolonizou.

Olhando para Portugal, vale a pena investigar se o facto de entre os mortos na sequência de operações policiais a maioria ter a pele mais escura e as minorias étnicas estarem muito mais representadas nos estabelecimentos prisionais do que na sociedade exterior, não se deve a qualquer especial malignidade de determinados grupos étnicos, mas sim ao preconceito que recai sobre eles e os torna de imediato suspeitos aos olhos de todas as autoridades.

Se mais provas não houvesse, uma foi bem clara: a forma como polícias, *media* e políticos aceitaram a mentira do “pseudo arrastão de Carcavelos” que, em 2005, incendiou o país com a história falsa de um roubo cometido por 500 jovens, que se insinuava serem negros.

Teria sido uma boa altura para parar para pensar. Infelizmente, só o superintendente da Polícia de Lisboa mostrou disponibilidade de auto-crítica.

Falar de cidadania lusófona, de lusofonia, quando aqui, na antiga metrópole, os portugueses de pele negra não são vistos como cidadãos de pleno direito, quando se dificulta a obtenção de vistos, quando se discrimina aqueles que nos procuram precisamente pelo que permaneceu de comum entre os nossos países, quando se agridem imigrantes nas esquadras, se destroem as suas habitações, se lhes diminui a protecção social, não pode ser mais do que uma prova de humor branco. Que, além do mais, promove a retaliação nos países que a crise, agora, força os portugueses de novo a demandar.

Uma verdadeira comunidade só se forja na igualdade. O exemplo europeu basta para mostrar como é difícil, mesmo entre países do mesmo continente, conseguir essa igualdade. Quanto mais quando, no caso da CPLP, falamos de países separados por oceanos, unidos por uma história de conflito, divididos por características físicas. O Brasil não resolveu ainda o problema da cor da pele – basta pensar quantos negros vimos, até hoje, nos governos de Brasília e quantos vemos nas notícias sobre acções policiais. Portugal confronta-se com ele, como é visível até em referências a um dos membros da troika que nos vigia, o "escurinho" Abebe Selassié. Não é escamoteando o problema do racismo e da discriminação que o ultrapassamos, mas encarando-o de frente, analisando as sobre- e subrepresentações a que conduz.

Universos fechados, as prisões seriam um bom lugar para começar essa análise. Mas haverá essa vontade?